

Dois em um, mas sempre Gougou

» VLADIMIR CARVALHO,
Cineasta e professor emérito da UnB

Primeiro conheci o Gougou e só depois Henrique Gonzaga Júnior, sendo ambos a mesma criatura plena de inquietude e talento, no início dos anos de 1970, no campus da Universidade de Brasília (UnB), então silenciado, mas não vencido, pela brutal repressão de que fora vítima em 1968.

O nome de Gougou circulava com destaque entre seus colegas — os da geração de ouro, que sentiram o bafejo das ideias e praxís de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, geniais criadores de nossa universidade. Um grupo numeroso de alunos que se destacava pela sensibilidade e iniciativas — era a turma de Luis Carlos Ripper, que brilharia depois no teatro brasileiro; de Marliu Miranda, compondo e cantando e levando a tiracolo a irmã caçula, a hoje celebrada escritora, Ana Miranda; de Cildo Meireles, que ainda não era o artista plástico brasileiro mais cotado no mercado internacional; de Tizuka Yamasaki, com seu Gaijin debaixo do braço; de Áquila da Rocha Miranda, hoje consagrado como o pai da “geração 80”; de Hélio Doyle, então revelação do jornalismo; de Cidno Silveira, logo transformado em colaborador do mestre Niemeyer, e tantos outros, mas praticamente todos liderados no plano político pelo nosso inesquecível Honestino Guimarães.

Canudo na mão, Henrique Goulart Gonzaga Júnior logo estaria brilhando como repórter nos jornais da cidade e, em pouco tempo, nas sucursais dos principais veículos nacionais como *Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo* e *Estadão*. Habituei-me a vê-lo batucando em sua máquina de escrever na redação da Folha, que a gente via funcionando rente à calçada, numa espécie de vitrine ali na comercial da 104 Sul, onde moro faz 40 anos. Ali, entre uma reportagem e outra, ele virava o Gougou, assinando charges com um jeito todo seu de fazer humor e ver especialmente a vida política do país e seus atores. Hoje, teria abundante, mas dramático, material a partir da pouca vergonha dos políticos que maculam o nosso Congresso e dilapidam o erário público.

E isso tudo pode ser sobejamente aquilatado nos impagáveis livros que deixou, entre eles, *Que país é este* (1989) e *Dosimetria das penas* (2013). É humor em dose dupla, na hora certa, quase on-line. Para gáudio e alegria de seu público.

Convivi com Gougou e guardo comigo momentos memoráveis desse convívio, sempre aquecido por motivações artísticas, intelectuais e políticas. Há 20 anos, ao mostrar-lhe um poemeto de minha escassa lavra, ele logo se entusiasmou e me propôs transformá-lo em uma de suas intervenções em mosaico. E assim foi feito, e inaugurou-se

festivamente com direito a discurso e muita cerveja. Hoje, ela repousa sobre a relva de pequena área ajardinada, em frente da nossa Fundação Cinemémoria, na W3 Sul. De outra feita, nos juntamos ao poeta-mor, Nicolas Behr, e subimos os três em resoluta performance até o cume dos quadradinhos do nosso saudoso Athon Bulcão, no Teatro Nacional, e lá, com faixas e baticum ruidoso, lavramos o nosso protesto contra uma criminosa pichação ali perpetrada. Tudo testemunhado e divulgado pela mídia acionada por Gougou.

Por último, e quando ele se apresentava ainda em plena forma física, realizamos mais uma de nossas façanhas. Gougou sacou uma peça perfeita: uma lápide com inscrições em memória das vítimas da terrível chacina da Pacheco Fernandes, durante a construção de Brasília. E lá fomos os três com um séquito de amigos e a implantamos em lugar de destaque na Vila Planalto. À noite, e com consentimento da Igreja, o Cinema Voador, de José Damata, encerrou nossa jornada com a exibição de um filme alusivo, claro, ao episódio.

Esse era o Gougou que reverenciávamos e que partiu neste fim de semana, deixando profundamente consternados os seus familiares e toda a comunidade brasiliense. Ficará para sempre vivo em nossa memória.



Celebremos! A Fundação Palmares está de volta!

» JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES
Presidente da Fundação Cultural Palmares

A Fundação Cultural Palmares completa, nesta quinta-feira (22/8), 36 anos — mais de três décadas de luta contra os efeitos de séculos de opressão. O povo negro está, portanto, em festa. Festa da democracia, da cultura, do direito de ser. E celebramos a data com uma demonstração inequívoca de força contra a(s) tentativa(s) de apagamento de nossas tradições, saberes, fazeres, gente, história: a inauguração da nova casa da fundação. E o resgate de sua memória.

Como uma fênix, uma das mais importantes organizações de defesa da população e da cultura afro-brasileiras ressurgiu das cinzas a que foi reduzida no (des)governo passado. É um marco histórico. Marco do governo da União e da reconstrução — e do compromisso com os oprimidos. Com determinação e perseverança, os gestores da Palmares e do Ministério da Cultura do Brasil vêm reerguendo a estrutura, a memória e a imagem da instituição, seriamente atingidas pela administração passada.

Os atos comemorativos dos dias 21, 22 e 23 carregam os traços dessa reconstrução, que respeita o passado e caminha para o futuro, lançando sementes para um porvir ainda mais forte e capilarizado. Duas referências desse duplo esforço: a reabertura da Biblioteca Oliveira Silveira, alvo de tentativa de destruição de centenas de livros (resgate); e a criação do Espaço Eré, para a formação de novas gerações (horizonte).

Mas, para que se compreenda a dimensão

política desse resgate, é necessário contar um pouco a história da Fundação Palmares, que foi formalmente instituída pela Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988. Nasceu, portanto, quando o Brasil completou 100 anos de abolição oficial da escravatura, como resultado da luta do Movimento Negro, e com a missão de defender, preservar e promover a cultura e o povo negros.

E o tem feito. Tijolo por tijolo, gestão a gestão, tem conseguido resistir e cumprir os objetivos aos quais se propôs, apesar do último — grave — revés que sofreu, mas que não conseguiu destruí-la. Honrando o compromisso assumido, o governo Lula faz renascer a esperança, com a reconstituição do que foi destruído e a construção da nova sede, que favorece a continuidade e a ampliação de suas atribuições.

É assim que a Fundação Cultural Palmares completa 36 anos — de casa e cara novas. No slogan da logomarca comemorativa, a síntese dessa (res)significação: Casa da Cultura Afro-brasileira. Nessa nossa nova casa, continuaremos desempenhando papel central na desconstrução do racismo — para o que contamos com o apoio irrestrito da ministra da Cultura do Brasil, Margareth Menezes.

Com a garra dos servidores e colaboradores da Palmares — os que tiveram força para permanecer e defender o patrimônio (material e imaterial) da instituição, e os que se juntaram a nós nessa nobre jornada. Na impossibilidade de citá-los, agradeço, simbolicamente, em nome de todos, aos

meus colaboradores mais diretos: Nelson Mendes (diretor do Departamento de Fomento e Promoção da Cultura Afro-Brasileira); Flávia Costa (diretora do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro); Guilherme Bruno (coordenador do Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra); Angela Inácio (chefe de Gabinete); e Carlos Eduardo Souza (coordenador de Gestão Interna).

Eles representam o esforço de todos nesta gestão, que, em curto espaço de tempo, muito fizeram pela Fundação Cultural Palmares. Alguns poucos exemplos, a título de ilustração: certificamos mais de 104 comunidades quilombolas; estamos lançando novos editais de arte e cultura; estamos em vias de celebrar protocolo de intenções em prol dos afrodescendentes. Enfim, instalada no Setor de Autarquias Sul, a Fundação Cultural Palmares retoma, com força, os deveres inerentes à sua missão de defender, preservar e promover a população e a cultura negras.

O aniversário da Palmares é 22 de agosto, mas as celebrações começam dia 21 e seguem até 23, com muita história, contada por seus ex-presidentes, shows e diálogos para fortalecer a presença negra no centro de poder. Nesses três dias, iremos mostrar ao Brasil e ao mundo que voltamos. E que nosso compromisso com a promoção da justiça social para a população afro-brasileira está mais forte do que nunca!

Saúde, paz, axé!

Ilegalidade dos cigarros eletrônicos conduz o Brasil a uma tragédia social

» EDUARDO GOMES

Senador da República pelo partido do PL-TO e relator do PL 5008/2023, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)

Com um olhar de quem assiste ao Brasil conviver com a ilegalidade e com um volume gigantesco de cigarros eletrônicos sendo vendidos a céu aberto a crianças e adolescentes, e uma proibição que favorece apenas ao crime organizado, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado vai avaliar o Projeto de Lei nº 5.008/2023, de autoria da senadora Soraya Thronicke, amanhã. O PL estabelece a criação de regras para produção, importação, exportação, comercialização, controle, fiscalização e propagação dos cigarros eletrônicos.

Reitero a extrema importância do assunto que se torna cada vez mais urgente, uma vez que o país vive uma tragédia social com milhões de dispositivos sendo comprados livremente no mercado ilegal e consumidos por pessoas de qualquer idade, sem nenhum tipo de controle da saúde pública ou das forças de segurança e sem nenhuma condição do Estado colocar um aparelho à disposição da fiscalização. Ou seja, a simples proibição da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) não tem surtido efeito, e o Estado brasileiro precisa tomar uma providência e estabelecer um controle absoluto.

O cenário é estarrecedor e de total descontrole. Segundo o Ipec, quase 3 milhões de adultos consumiram vapes em 2023, um aumento de 600% nos últimos seis anos. Além disso, menores de 18 anos acessam facilmente produtos 100% ilegais e de procedência desconhecida. Nesse contexto, é urgente a criação de regras para controle e proteção dos consumidores. Sem a regulamentação adequada, é como se as pessoas estivessem comprando remédio controlado sem receita, sem o controle das farmácias.

A preocupação com os jovens é legítima e a proibição, definitivamente, não é a solução para o problema. Nos países em que há regras claras, o índice de consumidores entre os que são menores de idade é inferior ao do Brasil, onde, mesmo proibido, a taxa de experimentação é de 16,8%, segundo o IBGE (2019). Os Estados Unidos experimentam a redução no consumo entre adolescentes, após eficiente regulação, com uma queda de 57,4% de 2019 a 2023, saindo de 5 milhões de consumidores menores de 18 anos em 2019 para 2,13 milhões em 2023.

O caminho para proteger os adolescentes é ter regras claras de comercialização e punições para quem vende ou oferece para essa faixa etária. Aliás, vale lembrar: no Brasil, é crime fornecer produto que possa causar dependência física ou psíquica a menor de 18 anos. Por esse motivo, foi incluído no projeto uma proposta de multa no valor mínimo de R\$ 20 mil, bem como a aplicação em dobro das penas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente para quem vender cigarros eletrônicos a menores de 18 anos.

Outro aspecto tão importante quanto às questões de segurança — e que compete à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) opinar — é o mérito econômico e financeiro da proposta que envolve essa regulamentação, assim como outras comissões específicas avaliarão posteriormente o que lhes cabe. Uma vez na legalidade, os fabricantes, importadores, exportadores e os comerciantes terão registro e controle, permitindo a arrecadação de impostos correspondente à atividade. A importação e a comercialização dos dispositivos eletrônicos para fumar são realizadas à margem do sistema tributário, com elevadas perdas de arrecadação. Hoje, o mercado é dominado pelo contrabando que, como sabemos, financia todo tipo de ilegalidade e crimes no país.

Não dá para fechar os olhos para a situação atual e achar que proibir vai resolver o problema. Não resolveu e não resolverá. A crescente utilização dos cigarros eletrônicos tem acontecido à revelia de qualquer regulamentação. Temos a responsabilidade de criar regras e deixar muito claro que este tipo de produto não deve ser consumido. E, se o cidadão maior de idade e munido das informações necessárias quiser utilizar o produto, que o Estado não feche os olhos.